

Centrão ameaça não dar quorum hoje

Grupo quer adiar para próxima semana a votação de temas polêmicos

EUGENIO NOVAES



Ulysses, ao chegar, embaraçou-se com os fios dos spots: mais embaraços depois

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Se a votação dos pontos polêmicos referentes ao capítulo dos direitos sociais e dos trabalhadores não for adiada para terça ou quarta-feira da próxima semana, lideranças do Centrão inviabilizarão o quorum a partir da sessão de hoje à tarde. Esta exigência será levada à reunião dos líderes pela manhã, pelos deputados Luis Roberto Ponte (PMDB/RS) e José Lins (PFL/CE). "É uma temeridade se votar uma questão polêmica como a jornada de 6 horas para os turnos ininterruptos, por exemplo, com uma maioria circunstancial de 300 ou 350 constituintes", argumenta o deputado Luis Eduardo (PFL/BA), do Centrão.

O líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, (RS), entretanto, não se mostra disposto a se render às ameaças do Centrão. Na reunião de negociações prevista para hoje de manhã, ele vai reafirmar a posição da Mesa da Constituinte, comunicada ontem pelo presidente Ulysses Guimarães, de permitir o adiamento da votação dos pontos polêmicos no máximo por 24 horas. "Não tem nada disso de adiar para a próxima semana. Quando chegarmos nos pontos polêmicos, onde não tivermos alcançado acordos, adiamos a votação por 24 horas, somente", responde Jobim.

Mas as lideranças do Centrão consideram insuficientes apenas 24 horas para a mobilização dos constituintes ausentes para a votação hoje ou amanhã

dos pontos que serão disputados no voto. O deputado Luis Roberto Ponte anuncia que "uma série de pontos vão trancar" a votação dos dispositivos do artigo 7º, do direito dos trabalhadores. Ele defende o adiamento para a próxima terça-feira, ou pelo menos por 48 horas. "Em 24 horas não teríamos condições de chamar ninguém. Quem não está aqui hoje não vai estar amanhã também. E o pessoal precisa tomar conhecimento com antecedência de que estes pontos polêmicos estão sendo votados, sem acordo", reclama o negociador do Centrão.

Entre os pontos polêmicos listados para serem votados possivelmente hoje — ou amanhã se for requerido o adiamento — figuram a licença-paternidade de 8 dias, o abono de férias no valor de 33,3% do salário nominal, adicional de insalubridade, estabilidade do dirigente sindical, pagamento de 50% a mais do que o normal nas horas extras trabalhadas, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, prazo de 5 anos para prescrição das causas trabalhistas urbanas e imprescritibilidade na área rural, direito de greve, e a jornada de 6 horas para os turnos ininterruptos de trabalho.

Este último item é o que tem motivado o maior número de tentativas, sem sucesso, de negociações entre representantes dos trabalhadores e do empresariado, com reuniões quase que diárias. Hoje de manhã deve acontecer a última rodada de entendimentos sobre este assunto, com baixíssimas perspectivas de acordo.

Para os trabalhadores reunidos em plenária desde ontem em Brasília a jornada de 06 horas é a conquista mais ameaçada. Por enquanto existem duas propostas, mas nenhuma reúne consenso entre as duas partes. O único acordo que os sindicalistas aceitam ser fechado pelos constituintes que os representam, do PT, PDT, PCB, PC do B, PSDB e parte do PMDB, é quanto à retirada da expressão "máxima", do termo "jornada máxima de 6 horas".

Do outro lado, os empresários só abrem mão da supressão total do artigo se for fechado o acordo sobre a proposta de estabelecer 40 horas semanais, ao invés de 6 horas diárias.

— Não estou disposto a ir nesta reunião e ficar discutindo com os empresários se serão estabelecidas 36 ou 40 horas semanais — avisou o presidente da CUT, Jair Meneghelli. "Vamos mandar um companheiro dizer que não tem acordo e pronto. É melhor encerrar logo esta história de negociação que não vai levar a nada".

A fixação de uma jornada semanal de 36, 38 ou 40 horas, segundo Meneghelli, permite aos empresários uma grande flexibilidade para se estabelecer três dias com turnos de 12 horas, ou quatro dias com turnos com a duração que acharem mais conveniente. "Vamos manter o acordo com a retirada da palavra máxima, respeitando o entendimento do primeiro turno. Quem quiser retirar o dispositivo que meta no plenário os 280 votos necessários", avisou o líder do PCB, Roberto Freire.

Ulysses chama líderes para encher plenário

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, convocou os líderes partidários para uma reunião hoje destinada à adoção de medidas que garantam quorum para o segundo turno de votação do projeto constitucional. Ontem, o PT e o PSDB manifestaram a Ulysses sua apreensão com a constante inexistência de número, acusaram o Governo de estar jogando no adiamento da promulgação da Constituição, e pediram providências energias da Mesa. O PT sugeriu a divulgação dos nomes dos faltosos no Diário da Constituinte, e o PSDB defendeu sessões aos sábados e domingos. Ulysses foi receptivo à proposta do PT, segundo José Genoino (SP), e disse aos tucanos que tecnicamente é possível concluir a votação em três semanas:

— O que é preciso é boa vontade e senso de dever.

Genoino, Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio levaram ao presidente a posição do PT de que a situação "chegou ao limite do insuportável", conforme afirmou Genoino: — A população já está colocando todo mundo no mesmo bolo. Nós estamos sendo confeitado da obstrução do Palácio do Planalto.

O PT sugeriu, além do espaço no Diário da Constituinte, um compromisso de honra dos líderes, que se responsabilizariam pela presença de um número "x" de constituintes. Outra idéia do PT é um apelo veemente aos candidatos às eleições municipais que não tiverem condições de estar em Brasília para que abram suas vagas aos suplentes.

Genoino informou que o PT apoiará Ulysses "se ele quiser jogar para valer", e defendeu a criação de "cenas de constrangimento explícito" para os ausentes. Segundo o petista, o presidente da Constituinte está nervoso e impaciente com a falta de quorum. Ao final da audiência, entrou no gabinete de Ulysses o líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), que, de acordo com relato de Genoino, está "afinado" com o PT nesta questão. Jobim pediu um prazo até hoje para conversar com os coordenadores de bancada.

A bancada do PSDB divulgou nota afirmando que a sistemática ausência de constituintes "notoriamente não comprometidos com a plena restauração do poder democrático está conduzindo a um processo de descrédito da instituição, perante a opinião pública, agravado pela nitida ação do Poder Executivo protelatória aos termos dos trabalhos da elaboração constitucional".

Os tucanos consideram indispensável a promulgação da Constituição a tempo de produzir efeitos nas próximas eleições municipais. Segundo a nota, "qualquer procedimento ou manobra em contrário significa uma ameaça à normalidade de transição democrática, cuja responsabilidade histórica recairá sobre os que nesse sentido se organizam". O PSDB sugeriu a votação até mesmo nos fins de semana, previu que em quatro semanas o processo constituinte poderá ser concluído, e assumiu o compromisso de presença permanente. Na nota, a bancada reivindica de Ulysses providências as mais energias, "com a responsabili-

zação plena de quem esteja por ação ou omissão compactuando com este plano de verdadeira traição nacional".

Ulysses disse que é fundamental o apoio dos líderes, e afirmou que a manifestação do PSDB era um exemplo a ser seguido. O secretário-geral do PSDB, Euclides Scalco (PR), sugeriu a fixação de dias para a votação de cada título, idéia considerada "inteligente" pelo presidente da Constituinte. Já o deputado Robson Marinho (PSDB-SP) propôs a destituição do parlamentar faltoso de sua função de constituinte, mantido o mandato como deputado ou senador. Com isto o quorum da Constituinte seria reduzido.

Em entrevista à imprensa, o presidente do PSDB, senador Mário Covas (SP), disse que "o pior é que já se começa a tentar atribuir às eleições a inexistência de número". afirmou também que amanhã "decorrerão 21 dias do dia em que iria começar o segundo turno de votação". Depois de citar os dias em que não houve votação, afirmou que "neste passo não há quem possa fazer uma previsão a respeito do término dos trabalhos". Acrescentou que quem não estiver disposto a adotar a mesma postura dos tucanos "que diga isso".

Também esteve com Ulysses o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), candidato à prefeitura de Porto Alegre. Ele comunicou ao presidente que deixou a vice-liderança, e relatou a apreensão da comunidade de sua cidade "com a perspectiva, que começa a ficar clara, de de repente atravessarmos meses votando a Constituição".

Novo mandato antecipa as leis

SUELENE TELES
Da Editoria de Política

O Congresso Nacional poderá se reunir antes mesmo do previsto, para começar a elaborar as centenas de leis complementares e ordinárias, que vão regulamentar o novo texto. Isso deverá acontecer porque, assim que estiver promulgada, a Constituição trará em seu bojo, um dispositivo constitucional chamado **mandado de injunção**, aprovado ontem pela Constituinte, depois que três parlamentares consentiram em retirar os destaques supressivos à matéria. O mandato de injunção permitirá a qualquer cidadão acionar o Judiciário, sempre que se sentir lesado pela falta de norma regulamentadora que torne inviolável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

Ou seja, no caso por exemplo da Constituinte aprovar em 2º turno, a licença-paternidade, remetendo para lei, a definição do prazo, o cidadão ou o sindicato a que pertence poderá entrar com uma petição junto ao Supremo Tribunal Federal

exigindo que lhe seja assegurado esse direito. Esse é o mandato de injunção. Como o próprio mandato de injunção está por merecer normas que o regulamentam, o constituinte Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) já está se preparando para fazê-lo. "O mandato de injunção — diz ele — é talvez o maior avanço social introduzido na nova Carta".

GARANTIA

Por sua própria definição, injunção significa "pressão das circunstâncias", o que transforma o mandato de injunção em um mecanismo que impedirá, "por pressão das circunstâncias", que as leis aprovadas pela Constituinte fiquem sem efeito prático. O exemplo que os constitucionalistas oferecem neste caso é o da Constituição de 1946. Apesar do liberalismo de suas leis, no tocante aos direitos sociais, não pôde ser efetivada exatamente por falta de um mecanismo como o mandato de injunção.

A Constituição de 46 assegurava aos trabalhadores participação nos lucros das empresas, mas

como não havia qualquer mecanismo que regulamentasse esse direito, ele não passou de letra morta. O novo texto assegura o mesmo direito, que poderá vir a ser efetivado por meio do referido instituto. Segundo Plínio de Arruda Sampaio, após promulgada a Constituição, os trabalhadores da Votorantim, se assim entenderem, poderão, por meio desse mecanismo, cobrar da empresa a participação em seus lucros.

Um outro dispositivo que deverá ser regulamentado através de um mandato de injunção é o que garante aos portadores de deficiência física um salário mínimo mensal. Os interessados em garantir para o mais breve possível a eficácia desse direito, poderão acionar o Supremo Tribunal, que se pronunciará a respeito. "O pedido desta regulamentação poderá ser feito até por telegrama", garantiu o constitucionalista Egidio Ferreira Lima. "O mandato de injunção tem a mesma força de um mandato de segurança e de habeas-corpus", disse.

Lista corre em busca de adesões

Os deputados Hélio Duque (PMDB-PR) e Miro Teixeira (PMDB-RJ) começaram a recolher assinaturas em documento no qual os subscritores firmam o compromisso "objetivando a presença permanente no plenário da Assembleia Nacional Constituinte para votar o segundo turno e concluir, com brevidade, o processo constitu-

cional, grande desejo da sociedade brasileira".

No documento, que será subscrito por mais de trezentos constituintes, segundo acredita o deputado Hélio Duque, seus signatários prometem "garantir ao País que cotidianamente aqui estaremos para impedir que se consuma o golpe branco de, pela obstrução, impedir que o processo constituinte se encerre ain-

da no decorrer desse semestre.

O deputado Hélio Duque dizia, numa roda de parlamentares e jornalistas, que a opinião pública inteira mostra-se apreensiva diante das ameaças de que certas forças políticas e econômicas pretendem evitar a aprovação da nova Constituição ainda este ano, contrariadas em seus interesses.